

## DOHA E AS EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS

**\* Roberto Rodrigues**

A desamarração dos mercados agrícolas, grande ambição da Rodada de Doha lançada há 6 anos pela Organização Mundial do Comércio, está ameaçada por um impasse sério: os países em desenvolvimento, alegando exatamente que esta é a Rodada do “Desenvolvimento”, querem abertura agrícola, maior do que até agora oferecida pelos ricos, ao mesmo tempo em que desejam proteger sua indústria nascente. E os ricos querem mais mercado para suas indústrias, e só assim flexibilizam mais na agricultura. No caso brasileiro, por exemplo, isto significaria reduzir as tarifas do setor automotivo de 35% para 24%, em dez anos, bem como cortar de 1 a 3 pontos percentuais as tarifas aplicadas a um grupo de produtos, no mesmo prazo. Países como Argentina e África do Sul são ainda mais resistentes a abertura para NAMA.

Por trás de tudo isto, há uma grande verdade: a história tem mostrado que, quanto mais protegido um setor, menos ele se desenvolve. Quando o Mercosul foi criado, ficamos preocupados com as perdas que o Brasil teria na área agrícola frente às vantajosas condições naturais da Argentina. O que aconteceu foi um espetacular crescimento das nossas exportações agrícolas, apesar da brutal crise vivida pelo setor rural nos últimos anos.

Recentemente, Dean Kleckner, veterano líder agrícola americano, feroz defensor do protecionismo, escreveu artigo no NYT chamado “A colheita da vergonha”, em que reconhece que os subsídios retiram eficiência de seus conterrâneos fazendeiros, e pede a diminuição dos mesmos.

Com efeito, mesmo sem acordo na OMC o agronegócio brasileiro tem dado demonstração de enorme competitividade.

Nos últimos 10 anos, a presença brasileira no mercado internacional cresceu expressivamente.

Em 1997 exportamos 18,9 milhões de toneladas do complexo soja (grãos, farelo e óleo); em 2006, as exportações foram de 39,7 milhões de toneladas, quase o dobro. E até agosto deste ano, já foram 28,7 milhões de toneladas. Em valores, saltou de 5,5 bilhões de dólares em 97 para 9,3 bilhões em 2006 (7,9 bi até agosto deste ano).

Em carne bovina, saímos de 158 mil toneladas em 1997 (462 milhões de dólares), para 1,5 milhão de toneladas em 2006, valendo 3,9 bilhões de dólares. Crescemos quase 10 vezes no período, e até agosto deste ano, já exportamos 2,9 bilhão de dólares.

Carne de frango é outro êxito: de 651 mil toneladas em 1997 para 2,7 milhões em 2006, saltando de 883 milhões de dólares para 3,2 bilhões (com 2,9 bi até agosto deste ano).

Em carne suína fomos de 74 mil toneladas para 526 mil, ou de 166 milhões de dólares para 1,03 bi.

Em celulose, de 2,5 milhões de toneladas para 6,2, mais do que dobrando o valor, de 1,2 bi para 2,5 bi de dólares.

E, as exportações de madeira tiveram desempenho semelhante: de 1,5 bi de dólares para 3,4 bi de dólares.

O doce salto do açúcar: de 6,3 milhões de toneladas em 1997 (1,77 bi de dólares) para 18,9 milhões, quase 3 vezes mais, em 2006 (6,2 bi de dólares). No etanol, nem dá para comparar, pois o crescimento foi de 54 milhões para 1,6 bi de dólares.

No café torrado, saímos de 2,7 milhões de dólares para 24,5 milhões em 2006.

Em algodão, saímos de 640 milhões de dólares em 1997 para 1,22 bilhões em 2006; em suco de laranja foi de 1 bi para 1,5 bi; em frutas, de 314 para 733 milhões de dólares. O milho deu um salto espetacular: de 349 mil toneladas em 1997, no valor de 41 milhões de dólares, fomos para 3,9 milhões de toneladas em 2006 (460 milhões); e até agosto passado, já tínhamos exportado 5,6 milhões de toneladas, a quase 900 milhões de dólares.

Crescemos igualmente em couro e derivados, em flores, em orgânicos e assim por diante.

Números maravilhosos. Porém, talvez mais importantes que o acordo na OMC, seja necessário ampliar nossos acordos sanitários, aqui sim, um forte elemento restritivo ao comércio.

Este crescimento todo nos levou a exportar, em 2000, 20,6 bilhões de dólares do agronegócio; e, em 2006, 49,4 bilhões; crescemos 140%, mais do que o dobro do crescimento do comércio agrícola mundial no período, num incremento médio de 15,7% ao ano.

Tudo isto indica uma clara conclusão: o agronegócio brasileiro cresceu mesmo porque os nossos produtores rurais incorporaram tecnologias modernas, aumentaram a produtividade, reduziram custos e conquistaram mercados.

Claro que é fundamental um bom final na Rodada de Doha, porque desta forma, se consolidariam regras para aberturas ainda maiores, mas o que precisamos mesmo é reduzir os nossos custos (juros, impostos e logística) e melhorar nossas condições sanitárias.

**\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal**